

COMO OS ECONOMISTAS DESPOLITIZARAM A ECONOMIA

*Clara E. Mattei**

É o outono de 1920 e estamos em Bruxelas. Políticos e economistas de toda a Europa estão sentados em mesas de trabalho, reunidos para a primeira conferência econômica internacional da história. Apesar do tom formal e das vestimentas elegantes, a tensão no ar era evidente. Suas declarações revelam uma sensação de cerco, até mesmo angústia, diante do que consideram uma desordem inaceitável, um caos social que está empurrando a economia capitalista para a beira do abismo.

Os trabalhadores manuais, declara o financista inglês Robert H. Brand, foram incentivados a esperar, e esperam, um novo modo de vida, uma grande melhoria em suas condições. Acreditam que essas mudanças, pelo menos no meu país, podem ser alcançadas se o sistema de iniciativa privada for substituído por algum tipo de governo ou propriedade coletiva. Não percebem a dura verdade de que... uma vida melhor, devido às perdas da guerra, só pode ser alcançada agora através do trabalho e do sofrimento.

A conferência foi organizada pela recém-criada Liga das Nações logo após a Primeira Guerra Mundial, com um objetivo crucial: reconstruir uma ordem econômica que havia entrado em colapso. Em toda a Europa, as nações enfrentavam inflação recorde, escassez de alimentos e greves em massa. Os trabalhadores comuns, que haviam sofrido durante a guerra, agora desafiavam a elite financeira e exigiam uma reformulação completa do sistema econômico.

Em meio à turbulência daquele momento convulsivo, políticos e economistas defendiam fervorosamente uma “verdade dura”: o comportamento dos cidadãos precisava ser moldado e controlado de acordo com os princípios da ciência econômica. As pessoas precisavam trabalhar mais, consumir menos e esperar pouco ou nada do governo. Era essencial que os cidadãos renunciassem a qualquer forma de ação trabalhista ou reivindicação de seus direitos econômicos que impactasse o fluxo da produção capitalista. Lord Robert Chalmers, ex-secretário permanente do Tesouro Britânico e um dos representantes da delegação inglesa, afirmou isso claramente: “Trabalhe duro, viva e poupe intensamente”.

Esse lema se traduziu em políticas claras: cortes nos orçamentos governamentais, principalmente naqueles que financiavam serviços sociais como seguro saúde e auxílio-desemprego, juntamente com cortes salariais e aumento de impostos sobre bens básicos.

Ao elaborarem esse rígido pacote de políticas de austeridade rigorosa, os tecnocratas reunidos em Bruxelas estavam bem cientes de que seu plano estava longe de ser popular. Induzir os cidadãos a se submeterem à ordem econômica científica era algo mais fácil de falar do que fazer. O delegado italiano Alberto Beneduce, professor de estatística econômica, não tinha

*Professora assistente no departamento de economia da New School for Social Research e autora do livro "The Capital Order: How Economists Invented Austerity and Paved the Way to Fascism". Tradução de Pedro Silva. Artigo publicado originariamente no site Jacobin.com.br em 25.02.2026

dúvidas sobre a tática a ser usada: era necessário “agir sobre a opinião pública, sobre o estado psicológico das massas, para que elas não mais impedissem, mas ajudassem a restabelecer o orçamento do Estado”. Beneduce expressou essas preocupações durante a discussão plenária de 20 de setembro de 1920.

A data é significativa: naqueles dias e semanas na Itália, a luta de classes atingiu seu ápice. As ocupações de fábricas se espalhavam como fogo em palha seca. Por toda a península italiana, durante mais de um mês, trabalhadores de mais de sessenta cidades assumiram o controle direto da produção em todos os setores, das minas aos estaleiros, das ferrovias às fábricas têxteis. O jornal do establishment, o *Corriere della Sera*, registrou os vibrantes primórdios da ocupação em Milão: “As fábricas, ontem à noite, apresentavam um espetáculo singular. Chegava-se a elas em meio a multidões de mulheres e crianças, que entravam e saíam com jantares para os grevistas. As entradas eram rigorosamente vigiadas por grupos de trabalhadores. Nem sinal de um funcionário ou policial. Os grevistas dominavam completamente o local”.

Uma fotografia emblemática, tirada em setembro, imortaliza esse momento de empoderamento operário: um grupo de trabalhadores do conselho de fábrica — o órgão de autogoverno dos trabalhadores — está sentado à mesa de Giovanni Agnelli, dono da Fiat, a maior montadora de automóveis da Itália. No interior da Itália, os camponeses haviam assumido o controle das terras agrícolas e começado a administrá-las por meio de assembleias democráticas.

O “estado psicológico das massas” inclinava-se para uma sociedade pós-capitalista na qual a propriedade privada dos meios de produção e as relações de poder entre empregadores e empregados seriam substituídas por uma estrutura mais justa. O choque mortal da Primeira Guerra Mundial desencadeou uma nova consciência para o simples fato de que os trabalhadores eram essenciais para a produção de valor e riqueza. Liderados por Antonio Gramsci e outros organizadores sindicais e intelectuais, os conselhos de fábrica eram instituições novas que incorporavam a aspiração à participação democrática na produção e distribuição. Seus esforços estavam capacitando as pessoas a exercerem conscientemente a liberdade econômica e política na “nova sociedade de produtores livres e iguais”.

A inflação crescente alimentou as chamadas do descontentamento. Com a disparada dos preços dos alimentos, os trabalhadores denunciaram os investidores privados que lucravam com sua miséria e até começaram a questionar a justiça de uma economia que funcionava apenas para uma minoria. Os especialistas sabiam que a instabilidade monetária não era um enigma puramente econômico a ser resolvido pela ciência econômica. Era inerentemente um problema político. O renomado economista britânico John Maynard Keynes reconheceu francamente o desafio imposto ao sistema vigente: “A continuidade do inflacionismo e dos preços altos não apenas deprimirá as trocas comerciais, mas, por seu efeito sobre os preços, atingirá toda a base dos contratos, da segurança e do sistema capitalista em geral.”

Do auge de seus privilégios, os especialistas em economia discutiam a inflação como uma questão de desequilíbrio entre a demanda e a oferta na economia, que, em última análise, se resumia à deficiência moral das pessoas. Tendo lutado e conquistado salários mais altos, os trabalhadores eram incapazes de se controlar e se entregavam a comportamentos extravagantes, evidenciados por “aumentos notáveis no consumo desnecessário de bebidas alcoólicas, doces, chocolate e biscoitos”, como ironizou o professor de economia Luigi Einaudi.

Com desdém semelhante, Maffeo Pantaleoni, pioneiro da economia convencional atual, culpava os trabalhadores que “vivem como porcos em suas casas para desperdiçar a maior parte de sua renda com vinho na taverna” pela inflação. “Em meio à turbulência daquele momento convulsivo, políticos e economistas defenderam fervorosamente uma ‘verdade dura’: o comportamento dos cidadãos tinha que ser moldado e controlado de acordo com os princípios da ciência econômica.”

Alguns anos mais tarde, esses especialistas apoiariam a ascensão ao poder do pai fundador do fascismo, Benito Mussolini, cujo governo garantiu uma dose suficiente de austeridade econômica, caracterizada por reduções salariais, cortes nos gastos sociais, privatização de serviços públicos e aumento das taxas de juros. Sua retidão econômica recebeu aplausos de especialistas em economia do mundo todo, incluindo liberais e nacionalistas.

Os economistas contemporâneos não renunciaram ao hábito de culpar os trabalhadores. Essa inclinação persiste e, um século depois, os apontados como culpados ainda são os membros de famílias da classe trabalhadora. Vamos para Washington, D.C., na primavera de 2022. Outra onda de inflação monetária abala a economia global. Os especialistas do conselho diretor do Sistema da Reserva Federal (o Fed) se reúnem a portas fechadas para aumentar as taxas de juros. Eles as aumentaram agressivamente por mais de dois anos, exercendo enorme influência sobre as decisões dos bancos centrais em todo o mundo.

O presidente do Federal Reserve, Jerome Powell e seus colegas refinaram sua linguagem técnica, mas o antagonismo em relação à classe trabalhadora não é menos agudo. Powell proclama que para “restaurar a estabilidade de preços”, os especialistas em economia devem usar suas ferramentas “com força”, e que isso “também trará algum sofrimento”. O sofrimento é para os culpados pela inflação, ou seja, aqueles que consomem demais e trabalham de menos.

Como explica Powell, estamos em um mercado de trabalho “pouco saudável” ou “apertado”, onde há mais vagas de emprego do que pessoas disponíveis, o que dificulta a contratação de trabalhadores qualificados. O objetivo do aumento das taxas de juros é justamente “diminuir a pressão de alta sobre os salários”, graças ao efeito disciplinador do desemprego. De forma semelhante, a secretária do Tesouro dos EUA, Janet Yellen, escreveu em um memorando ao então presidente do Fed Alan Greenspan, em 1996, que o desemprego “serve como um mecanismo de disciplina para os trabalhadores porque a perspectiva de um período de desemprego dispendioso gera medo suficiente da perda do emprego para motivar os trabalhadores a terem

um bom desempenho sem a necessidade de supervisão constante e custosa”.

Em 12 de setembro de 2023, em seu discurso na Cúpula Imobiliária anual do Australian Financial Review, o bilionário australiano e fundador do *think tank* Tim Gurner usou palavras menos sutis para expressar pensamentos semelhantes: “Acho que o problema que tivemos foi que as pessoas decidiram que não queriam mais trabalhar tanto durante a COVID e isso teve um impacto enorme na produtividade. O desemprego precisa aumentar de 40 a 50 por cento, na minha opinião. Precisamos ver a economia sofrer. Precisamos lembrar às pessoas que elas trabalham para o empregador e não o contrário. Precisamos acabar com essa mentalidade, e isso precisa acontecer afetando a economia, que é o que o mundo todo está tentando fazer. Governos ao redor do mundo estão tentando aumentar o desemprego para que a economia volte a uma certa normalidade, e estamos vendo isso. Estamos começando a ver menos arrogância no mercado de trabalho”.

A maioria de nós ouve economistas e líderes financeiros com uma mistura de distração e resignação. Decisões econômicas como o aumento das taxas de juros parecem cenários distantes, muito técnicos para nos afetarem diretamente e sobre os quais, de qualquer forma, pouco podemos fazer. Mas será mesmo assim? Ou será que essa capacidade de “despolitizar” a economia — isto é, a capacidade de negar nossa participação na tomada de decisões econômicas — é justamente a chave para o sucesso de um sistema que nos amarra as mãos e silencia nossas vozes?

A linguagem usada pelos especialistas em economia nos leva a crer que não temos o conhecimento ou a autoridade para participar de decisões econômicas fundamentais que afetam nossas vidas. No entanto, quando examinamos suas ações de perto, vemos que eles estão engajados em um projeto profundamente político: preservar nosso sistema econômico — que eles consideram o único possível. O presidente do Federal Reserve, Jerome Powell, e seus colegas aprimoraram sua linguagem técnica, mas o antagonismo em relação à classe trabalhadora não é menos agudo.

Assim como seus pares de um século atrás, os economistas de hoje usam uma linguagem que esconde uma preocupação existencial com um sistema que, na verdade, não é nem eterno nem natural. O medo de que a desordem social abale a economia capitalista é uma resposta emocional compreensível para quem acredita que seu sustento depende do capitalismo.

Obviamente, em nossa sociedade, a grande maioria das relações sociais é mediada pelo dinheiro. A inflação é assustadora justamente porque desestabiliza a moeda, a base sobre a qual se sustenta toda a nossa economia de mercado. Não só isso, mas a inflação gera alarme, como Keynes observou, e pode corroer o apoio popular ao sistema. Ficamos indignados ao descobrir que o preço dos alimentos dobrou ou que o aumento dos preços da eletricidade ou da gasolina pode acabar com nossas economias. A inflação alimenta o descontentamento social, mas também pode nos levar a perceber que nossa economia não é o melhor sistema possível no

melhor mundo possível.

Em 1919, a inflação levou os cidadãos da Europa a saquear lojas, entrar em greve e se organizar para assumir o controle da produção. Na economia pós-pandemia dos Estados Unidos, a inflação incentivou a sindicalização e a reivindicação de salários mais altos por parte dos sindicatos. Isso levou os trabalhadores a questionarem a autoridade de seus empregadores por meio dos chamados movimentos de boicote e demissão silenciosa, bem como a “Grande Demissão”. Somente em 2022, quase cinquenta milhões de estadunidenses — um terço de todos os trabalhadores dos EUA — disseram “basta” à exploração, deixando seus empregos voluntariamente.

Agora, como fizeram há um século, os tecnocratas observam com ansiedade uma possível mudança na ordem social e apontam o dedo para o principal inimigo: os trabalhadores. Mas não podemos deixar que essas falsas acusações nos façam sentir impotentes. Por que deveríamos aceitar um sistema econômico que enriquece os extremamente ricos enquanto as pessoas comuns sofrem e empobrecem?

A luta

As decisões das instituições econômicas, do Fed ao Tesouro dos Estados Unidos e ao Fundo Monetário Internacional, não são neutras, científicas ou necessariamente morais. Há muito tempo que deixam de servir ao bem comum. A ideia de que a forma econômica atual da nossa sociedade, o que chamamos de capitalismo, seja algo espontâneo, inevitável e tão eterno quanto a gravidade é uma farsa.

A naturalização do capitalismo e nosso hábito de delegar muitas decisões fundamentais a especialistas nos tornam impotentes e fortalecem nossa aceitação passiva de uma sociedade que oprime a maioria. Quase todos os economistas profissionais, assim como as redes de televisão, as mídias sociais e os jornais, perpetuam narrativas que mascaram o funcionamento do nosso sistema econômico em vez de explicá-lo. O fato é que as desigualdades do sistema estão explodindo. Nos Estados Unidos a chamada classe média continua encolhendo enquanto a disparidade de riqueza aumenta: os 0,1% mais ricos detêm mais de cinco vezes a riqueza dos 50% mais pobres, sendo que três pessoas possuem mais riqueza do que 150 milhões de estadunidenses juntos. E o problema não se limita aos EUA.

Na Grã-Bretanha, o 1% mais rico detém mais riqueza do que 70% da população combinada. Desde 2014, o número de crianças vivendo na pobreza aumentou para uma em cada três, enquanto, no mesmo período, o número de bilionários sextuplicou. Globalmente, os super-ricos viram ganhos extraordinários em 2022 e 2023: para cada US\$ 1 de nova riqueza ganha por uma pessoa nos 90% mais pobres, cada bilionário ganhou aproximadamente US\$ 1,7 milhão.

Apesar das alegações de criação de empregos e da mensagem dominante de que o sucesso empresarial beneficia a todos, a realidade é que, em última análise, os ganhos de mercado,

ou o lucro, são contrários ao bem-estar dos cidadãos — enquanto um aumenta, o outro diminui. Nosso sistema econômico atual é coercitivo, e essa é a realidade política crucial que a economia convencional esconde. Mesmo que sintamos que algo está errado quando nos levantamos de manhã para ir a um emprego que não significa nada para nós ou quando lutamos para encontrar tempo para descansar, essa percepção instintiva é sufocada pelas mensagens sociais de que é assim que deve ser. A dissonância entre nossa experiência prática da vida econômica diária — a de alienação e luta — e nossa aceitação dela, como se não houvesse alternativa, é algo construído, predominantemente por modelos econômicos que reforçam nossa submissão a um sistema econômico que chamo de “ordem capitalista”. Esse termo se refere, em primeiro lugar, à concentração do poder de decisão nas mãos de investidores privados; e, em segundo lugar, à subjugação invisível da maioria, que é forçada a trabalhar para o lucro de outrem.

Durante décadas, “especialistas” têm difundido essa narrativa entorpecedora com teorias acadêmicas elaboradas a partir dos círculos de elite das universidades mais prestigiosas do mundo. Ao ocultarem a verdadeira natureza do sistema econômico vigente, eles atrofiam nossas mentes, bloqueando qualquer possibilidade de ação transformadora. Mas é possível escapar do capitalismo.

As teorias dominantes de hoje são o resultado de batalhas acadêmicas e políticas que duraram séculos, com o objetivo de expulsar o paradigma econômico dos pais fundadores da economia política. Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx estudaram o capitalismo sob uma perspectiva de classe e do conflito de classes. Ao longo do último século, essa perspectiva foi substituída por um olhar que troca classes por indivíduos e conflito por harmonia. Nesse mundo idealizado, o motor do crescimento não é o trabalhador, mas o empreendedor que heroicamente poupa e investe.

Enquanto Smith, Ricardo e Marx teorizaram o trabalho como fonte de lucro e interpretaram sua exploração como a armadilha estrutural do capitalismo, os economistas neoclássicos postularam as relações de trabalho como trocas igualitárias entre indivíduos, imaginando um caminho para a prosperidade para todos aqueles que jogam suas cartas corretamente no jogo do livre mercado.

A ascensão da economia neoclássica no início do século XX apresentou a teoria econômica como objetiva. A “economia pura” emergiu como o novo rótulo para o que até então era conhecido como “economia política”. Essa astuta reformulação reinventou uma economia que, de alguma forma, estava além das relações de poder. Os economistas tornaram-se os guardiões de modelos infalíveis, comparáveis aos utilizados pelas ciências exatas — como, por exemplo, a mecânica quântica — e sofisticados demais para a maioria dos cidadãos compreender. Isso coincidiu com a ascensão de instituições econômicas supostamente independentes politicamente, como os bancos centrais, que começaram a retirar decisões políticas cruciais do escrutínio democrático.

A organização do discurso econômico tornou inaceitável qualquer sugestão de um projeto político mais humano e pragmático. Mesmo progressistas bem-intencionados se limitam a apontar o dedo para a ganância corporativa excepcional ou para a ascensão descontrolada do setor financeiro. Essas críticas não levam a lugar nenhum porque ignoram os problemas inerentes à estrutura básica. Economistas neoclássicos propagandearam a sociedade de mercado como uma sociedade na qual todos, se racionais e virtuosos o suficiente, podem prosperar. Eles afirmam que as hierarquias sociais são reflexos do mérito individual, ou seja, aqueles que não estão no topo não merecem estar. Esse é um argumento que beneficia muito bem aqueles que detêm o poder.

De acordo com essa perspectiva, os lucros dos poupadores-empresendedores são resultado de seu comportamento virtuoso, permitindo-lhes assinar os contracheques dos trabalhadores, o que soa bem. A mensagem é tão persuasiva que hoje quase todos a internalizaram: se nos esforçarmos o suficiente, cada um de nós pode se tornar um investidor rico. Aqueles que não conseguirem, só podem culpar a si mesmos.

As teorias econômicas convencionais revestiram absurdos óbvios com rigor científico: aqueles que não têm recursos suficientes para se sustentar, porque estão desempregados ou trabalham por baixos salários, não têm dinheiro para reservar e se tornarem poupadores-investidores.

Será que vivemos mesmo na melhor e única realidade econômica possível? Durante o *boom* econômico do período pós-Segunda Guerra Mundial, uma era de ouro do capitalismo, essa perspectiva poderia parecer vagamente plausível, pelo menos para aqueles que viviam na Europa e nos Estados Unidos. Contudo, no momento atual, em que a maior parte da população mundial sofre com profundas injustiças econômicas e sociais e o planeta está à beira do colapso ecológico, essa ideia pseudocientífica do melhor dos mundos possíveis não pode estar correta. Existe uma abordagem mais poderosa e humana para compreender a sociedade.

Precisamos redemocratizar a economia para que os cidadãos possam retomar o controle das escolhas mais importantes que regem os próprios alicerces de suas vidas. Esse é um caminho melhor do que qualquer coisa que o capitalismo tenha ou possa oferecer. Qual é o primeiro passo nessa direção? Uma mudança radical de perspectiva. Não há nada mais político do que a lente através da qual enxergamos o mundo. Somente se aprendermos a olhar o mundo de forma diferente é que poderemos agir de forma diferente.

Minha intuição fundamental é que não existem problemas econômicos que não sejam inevitavelmente também problemas políticos; ao contrário do que os tecnocratas costumam sugerir, nossa economia não é uma força da natureza nem um objeto externo que podemos manipular como se fosse uma máquina. Pelo contrário, a economia somos nós: pessoas de carne e osso. Isso significa que o “capital” como “mercadoria”, como dinheiro para investir, como riqueza expressa no produto interno bruto, existe graças a relações sociais específicas e,

em particular, graças ao fato de que a maioria das pessoas não tem alternativa a não ser vender sua capacidade de trabalho por um salário e, inevitavelmente, receber menos do que o valor que produz. Essa é a ordem capitalista, a espinha dorsal da nossa sociedade que não criticamos nem sequer discutimos. É somente através da lente de classe que podemos escapar dessa armadilha e compreender o funcionamento do nosso sistema econômico e as políticas implementadas para governá-lo.

A história revela que, longe de ser eterna, nossa economia é fundamentalmente frágil e baseada em decisões políticas que reforçam relações sociais específicas. Quando os banqueiros centrais deste mundo aumentam as taxas de juros, sabendo que essa prática causará uma recessão econômica, fazem-no por pelo menos uma preocupação específica: se as pessoas deixarem de aceitar sua condição de trabalhadores assalariados mal remunerados e sem emprego seguro, nosso sistema econômico entrará em colapso. E eles têm razão.

A economia é profundamente política em múltiplos níveis. O sistema econômico capitalista que nos oprime é político; as políticas econômicas que visam protegê-lo e administrá-lo são políticas; e a disciplina econômica que nos fornece uma lente através da qual vemos o mundo é política.

Quando ouvimos o termo “político” geralmente o associamos às disputas entre partidos e aos personalismos triviais da nossa classe política. Quando uso o termo, porém, estou afirmando algo mais fundamental: que o mundo econômico atual é antidemocrático e que podemos ter ação coletiva nele. Não precisamos estar presos a quaisquer leis supostamente naturais e científicas que dizem que a maioria das pessoas deva sofrer. A dimensão econômica de nossas vidas é onipresente — ela define quem somos como indivíduos e como sociedade. Mas também é uma dimensão que criamos. Portanto, temos o poder de transformar nossa ordem socioeconômica vigente em uma que não nos torne subservientes aos interesses dos poucos vencedores do nosso sistema atual.

Todos os problemas que afligem nossa era — da ascensão de partidos ultranacionalistas às guerras perpétuas, do ódio aos migrantes à catástrofe ambiental que atinge especialmente o Sul Global e à crise de saúde mental, sobretudo entre os jovens — podem ser explicados por um sistema econômico que oprime a maioria, tanto nacional quanto globalmente. Quando as pessoas decidem deixar de participar dos processos eleitorais ou votar em partidos que se apresentam como opositores ao establishment liberal, elas expressam profunda insatisfação, ou mesmo desespero, com uma ordem econômica que as decepcionou. Esses sintomas de nossa ordem econômica doentia levaram à ascensão de figuras políticas como o presidente Donald Trump, nos Estados Unidos, e o presidente Javier Milei, na Argentina, que se vendem como alternativas ao sistema. Mas são falsas alternativas.

O espetáculo de personalidades autoritárias nos distrai do fato de que as políticas desses políticos estão em perfeita sintonia com o capitalismo e suas políticas de austeridade. Em

um encontro conservador em 2025, por exemplo, Milei presenteou Elon Musk, então braço direito de Trump, com uma motosserra em apoio simbólico às propostas de Musk de cortar quase todo o financiamento federal para a classe trabalhadora, incluindo o Medicaid, o programa de assistência alimentar e as escolas públicas, especialmente os programas educacionais para comunidades de baixa renda. As tendências violentas desses governos apenas aceleram os efeitos destrutivos do capitalismo contra a humanidade. No entanto, os apelos populares por mudanças no sistema me dizem que há amplo espaço para um pensamento ambicioso e corajoso que vislumbra princípios radicalmente diferentes para governar nossa sociedade.

Escrevo sem o distanciamento típico dos economistas. Isso não significa abandonar o rigor científico da investigação. Pelo contrário, aceito meu papel como pesquisadora acadêmica que reúne evidências. Aceito o inevitável posicionamento social do intelectual, que, como nos lembra Antonio Gramsci, é orgânico à luta de classes. Ninguém que produz conhecimento está isento da influência de sua condição socioeconômica: minha vida e meu lugar no mundo influenciam meu trabalho. Diferentemente da maioria dos economistas, portanto, tenho consciência de que não existo acima da economia, simplesmente a observando; como todos os outros cidadãos, vivo dentro dela. Assim, tento superar os limites do meu ponto de vista, considerando as lutas históricas e contemporâneas de outros povos para construir uma imagem mais forte e abrangente do mundo econômico em que vivemos. Feito isso, vou além da mera crítica ao neoliberalismo para propor uma visão anticapitalista que espero inspirar os leitores a participar de uma verdadeira transformação social.

Enquanto escrevo, muitos lutam por uma sociedade diferente, acreditando nela com tamanha dedicação que arriscam suas vidas. Minha contribuição vem de uma posição segura, mas compreendo a necessidade de ousadia. Meu tio-avô e minha tia-avó continuam sendo fontes de inspiração. Os irmãos do meu avô Camillo lutaram contra a opressão fascista. Sua irmã, Teresa Mattei, com o codinome Chicci, foi a mulher mais jovem a ocupar um assento na Assembleia Constituinte Italiana de 1946, após a queda do regime de Mussolini. Foi graças a ela que a expressão “*de facto*” foi incluída no Artigo 3º da Constituição Italiana:

É dever da República remover os obstáculos de uma ordem econômica e social que, ao limitar *de facto* a liberdade e a igualdade dos cidadãos, impede o pleno desenvolvimento da pessoa humana e a participação efetiva de todos os trabalhadores na organização política, econômica e social do país.

De espírito livre, Teresa não sucumbiu à violência dos guardas nazistas da SS quando, durante a Resistência, eles se aproveitaram de seu corpo enquanto ela levava mensagens aos seus camaradas *partigiani*, e não hesitou em se distanciar do Partido Comunista quando ele traiu seus ideais.

Seu irmão, Gianfranco Mattei, um professor de química de 27 anos e membro da resistência antifascista, foi capturado em 1º de fevereiro de 1944, enquanto fabricava bombas

que seriam usadas na luta contra a ocupação nazista. Após alguns dias de tortura contínua, Gianfranco se enforcou com o próprio cinto para não trair seus camaradas. As últimas palavras do meu tio-avô, escritas no verso de um cheque entregue secretamente ao seu companheiro de cela, foram para seus pais: “Sejam fortes, sabendo que eu também fui forte”.